

- *UNIÃO NACIONAL* -

A POLÍTICA E ... O 25 ABRIL 1974

*A mudança e a transformação de
valores na sociedade portuguesa*

- *PARTIDO SOCIALISTA* -

*Partindo da seleção de um tema – o 25 de Abril de 1974
– e da sua relação com a **Política**, este sistema relacional
pretende demonstrar a transformação e mudança
de determinados valores que este momento da história
originou na sociedade portuguesa.*

*Estabelece-se, deste modo, uma comparação
entre os valores de dois partidos, nomeadamente
a **União Nacional** (antes) e o **Partido Socialista** (após),
evidenciando as suas semelhanças e diferenças,
através de referências textuais literárias e “jurídicas”.*

Mas tal como os homens, tendo em vista conseguir a paz, e através disso sua própria conservação, criaram um homem artificial, ao qual chamamos Estado, assim também criaram cadeias artificiais, chamadas leis civis, as quais eles mesmos, mediante pactos mútuos, prenderam numa das pontas à boca daquele homem ou assembleia a quem confiaram o poder soberano, e na outra ponta aos seus próprios ouvidos.

Leviatã, Thomas Hobbes, Capítulo XXII, 1651

[Defender a democracia é lutar] contra o totalitarismo, que viola os direitos fundamentais da pessoa humana, e contra o populismo, que ataca os alicerces do Estado de direito. É recriar continuamente a democracia, de modo a que ela saia reforçada, e não diminuída, do confronto com as novas exigências e possibilidades que o mundo contemporâneo lhe coloca.

Declaração de Princípios do Partido Socialista, 2010

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

Constituição de 1976, Preâmbulo

Se, quando o legislador efetuar tal divisão [equitativa das terras], não criar leis para mantê-la, não terá feito mais do que uma constituição passageira; a desigualdade entrará pelo lado que as leis não tiverem protegido e a república estará perdida.

Espírito das Leis, Montesquieu, Livro Quinto, Capítulo VI, 1748

O Partido Socialista entende, com efeito, que uma democracia de Estado sem uma democracia de base corre o risco de se afastar do povo, e que uma democracia de base sem uma democracia de Estado corre o risco de cair ou na imperatividade ou no totalitarismo.

Declaração de Princípios do Partido Socialista, 1974

O amor à república, numa democracia, é o amor à democracia; o amor à democracia é o amor à igualdade.

Espírito das Leis, Montesquieu, Livro Quinto, Capítulo III, 1748

(...) o Partido Socialista propõe-se realizar a síntese das várias correntes que aspiram ao socialismo em liberdade. Tanto as que acentuam a necessidade de instituições que garantam o pluralismo político e ideológico, o exercício do poder por delegação representativa do sufrágio universal, a separação dos poderes, o controlo do executivo pelo legislativo, como as que defendem a exigência da democracia local, da democracia direta na base, da iniciativa sindical, dos conselhos operários, do corporativismo, da sugestão.

Declaração de Princípios do Partido Socialista, 1974

Procurará fomentar-se um novo estilo nas relações entre os partidos (...) [defende-se o respeito] pela Oposição; não há democracia sem Oposição;

Programa do I Governo Institucional – Enquadramento Político-Constitucional, 1976

Em democracia os conflitos sociais e políticos dirimem-se no diálogo, na concertação e pelo voto democrático. No limite, pelo recurso à greve, nunca pela violência;

Programa do I Governo Institucional – Enquadramento Político-Constitucional, 1976

Entre semelhantes, a honestidade e a justiça consistem em que cada um tenha a sua vez. Apenas isto conserva a igualdade. A desigualdade entre iguais e as distinções entre semelhantes são contra a natureza e, por conseguinte, contra a honestidade.

A Política, Aristóteles, 1989 (1ª edição Lisboa)

Principal Sousa - As razões do Estado...

Felizmente há Luari, Luis de Sttau Monteiro, 1961

Pesa-nos a autoridade, atrofia-nos a disciplina, seduz-nos o hiper-criticismo por motivos fúteis, parece-nos salutar entretenimento descartar homens e destruir governos.

António Salazar, Discursos, 1943

CREONTE - Acaso não se deve entender que o Estado é de quem manda?

Antígona, Sófocles, 2008, 8ª edição

Numa palavra, a dignidade do Governo é suficiente garantia da liberdade do Chefe do Estado, em quem, durante tantos anos da melhor e mais leal colaboração, nunca encontrei senão a preocupação da melhor solução dos problemas e do melhor governo para o País.

Discurso de António Salazar na Assembleia Nacional, 1947

O Estado Novo não se subordina a nenhuma classe. Subordina, porém, todas as classes à suprema harmonia do Interesse Nacional.

Decálogo do Estado Novo, João Ameal, III, 1934

Art. 6.º Incumbe ao Estado:
1.º Promover a unidade moral e estabelecer a ordem jurídica da nação, definindo e fazendo respeitar os direitos e garantias resultantes da natureza ou da lei, em favor dos indivíduos, das famílias, das autarquias locais e das corporações morais e económicas;

2.º Coordenar, impulsionar e dirigir todas as atividades sociais, fazendo prevalecer uma justa harmonia de interesses, dentro da legítima subordinação dos particulares ao geral;

Constituição de 1933, Parte I, Título I

Guerra é Paz,
Liberdade é Escravidão,
Ignorância é Força.

Mil Novecentos e Oitenta e Quatro, George Orwell, 1949

Se queremos obra útil devemos crer na ação educativa das instituições políticas sobre o homem e esperar que elas o possam emendar, recusando-lhe a satisfação de certos vícios que ele traz consigo.

Como se levanta um Estado, António Salazar, 1991

4.º O poder do Estado na sociedade portuguesa apenas tem por limite a moral, a justiça e a lei, estando todas as pessoas e coisas sujeitas a ele e aos seus fins, dentro dessa regra. (...)

Decreto nº 21608, União Nacional, Capítulo II, 1932

A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objetivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.

Constituição de 1976

A Ordem defende o Estado de Direito. E defende a legalidade. Mas esta assenta na autoridade. E a autoridade no bom senso. Não é a autoridade que gera bom senso. É o bom senso que pode gerar a autoridade. É do bom senso que depende a existência de Estado de Direito (...).

Bastardão da Ordem dos Advogados, Dr. António Pires de Lima, no V Congresso dos Advogados Portugueses, 17 a 20 de Maio de 2000

Mas não é apenas para viver juntos, mas sim para bem viver juntos que se fez o Estado (...)

A Política, Aristóteles (1ª edição Lisboa 1998)

São tarefas fundamentais do Estado: (...) b) Assegurar a participação organizada do povo na resolução dos problemas nacionais, defender a democracia política e fazer respeitar a legalidade democrática;

Constituição de 1976

Não é necessária muita probidade para que um governo monárquico ou um governo despótico se mantenham ou se sustentem. (...) Mas num Estado popular precisa-se de um motor a mais, que é a VIRTUDE. (...) [Quando] num governo popular as leis tiverem cessado de ser executadas, como isto só pode vir da corrupção da república, o Estado já estará perdido.

Espírito das Leis, Montesquieu, Livro Terceiro, Capítulo II, 1748

4. O Estado está submetido à Constituição e fundamenta-se na legalidade democrática.

Constituição de 1976

- OBEDIÊNCIA -

	<p>Quem não é por Salazar é contra Salazar.</p> <p><small>Declaração de Lopes Mateus no I Congresso da União Nacional, na Sociedade de Geografia, de 28 a 29 de Maio de 1934</small></p>	
<p><i>Os homens têm menos escrúpulos em ofender quem se faz amar do que quem se faz temer, pois o amor é mantido por vínculos de gratidão que se rompem quando deixam de ser necessários, já que os homens são egoístas; mas o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca falha.</i></p> <p><small>O Príncipe, Nicolau Maquiavel, 1532</small></p>		<p><i>Assim como é preciso virtude numa república, e, numa monarquia, honra, precisa-se de TEMOR num governo despótico: quanto à virtude, não lhe é necessária, e a honra seria perigosa. Nele, o imenso poder do príncipe passa inteiramente para aqueles aos quais o confia. Pessoas capazes de estimarem muito a si mesmas seriam capazes de promover revoluções. Logo, é preciso que o temor acabe com todas as coragens e apague o menor sentimento de ambição.</i></p> <p><small>Espírito das Leis, Montesquieu, Livro Terceiro, Capítulo IX, 1748</small></p>

Art. 8.º | 20.º | 2.º Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião e de associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social, e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos (...).

Constituição de 1933, Parte I, Título II

A censura mantém os costumes, impedindo que as opiniões se corrompam, conservando a sua inteireza através de sábias aplicações (...).

O Contrato Social, Jean-Jacques Rousseau, Livro IV, VII, 1762

Autoridade e liberdade
são dois conceitos incompatíveis...
Onde existe uma não pode existir a outra...

Salazar: O Homem e a sua Obra, António Ferro, 1933

Salazar não quer nem sabe trabalhar
senão quando nas ruas reina
um pávido silêncio e ninguém discute
os frutos do seu labor.

Francisco da Cunha Leal, 1945

Sei muito bem o que quero e para onde vou,
mas não se me exija que chegue ao fim
em poucos meses. No mais, que o País estude,
represente, reclame, discuta, mas que obedeça
quando se chegar à altura de mandar.

Discurso de António Salazar, no ato da posse de Ministro das Finanças, 1928

Artigo 20º:
(...) 2. Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem
que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias
e de repelir pela força qualquer agressão,
quando não seja possível recorrer à autoridade pública.

Constituição de 1976, Parte I, Título I

[Nós humanos], porém, temos a mais, senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Este comércio da palavra é o laço de toda a sociedade doméstica e civil.

A Política, Aristóteles (1ª edição Lisboa 1998)

Artigo 37º:
1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de se informar, sem impedimentos nem discriminações.

2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

Constituição de 1976, Parte I, Título II

Comunicação Social: Parte-se do reconhecimento de que os meios e órgãos de comunicação desempenham uma relevante função social. Essa função, para ser socialmente útil, deve poder ser exercida em liberdade e em responsabilidade. Daí a solene rejeição de toda e qualquer forma de censura ou manipulação de informação (...).

Programa do I Governo Institucional – Objetivos e Políticas do Governo, 1976

2. (...) o Partido Socialista luta pela edificação de uma nova sociedade que não tenha como fundamento o salariato e o lucro, a alienação do trabalho ou da consciência, o império das categorias mercantis e das relações jurídicas coercivas, a exploração e manipulação do homem pelo homem.

Declaração de Princípios do Partido Socialista, 1974

Artigo 19º
Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948

Artigo 12º
Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948

Se se procura saber em que consiste precisamente o maior dos bens, que deve ser o objetivo de todo o sistema de legislação, achar-se-á que se reduz a estes dois objetivos principais: a liberdade e a igualdade. A liberdade, porque toda a independência particular é outra tanta força subtraída ao corpo do Estado; a igualdade, porque a liberdade não pode subsistir sem ela.

O Contrato Social, Jean-Jacques Rousseau, Livro II, XI, 1762

- LIBERDADE -

D. Miguel – (...) A Pátria, Excelências, não é, para mim, uma palavra vã... Se algum sonho tenho, se a um estadista é permitido sonhar, o meu sonho é de não morrer sem exterminar de vez as sementes da anarquia e do jacobinismo... Sonho com um Portugal próspero e feliz, com um povo simples, bom e confiante, que viva lavrando e defendendo a terra, com os olhos postos no Senhor. (...)

Felizmente há Luari, Luís de Sttau Monteiro, 1961

(...) a política de espírito não é apenas necessária, se bem que indispensável em tal aspeto ao prestígio exterior da nação; é também necessária ao seu prestígio interior, à sua razão de existir.

Política de Espírito, lançada pelo Secretariado de Propaganda Nacional, 1934

Art. 54.º
O serviço militar é geral e obrigatório. A lei determina a forma de ser prestado.

Constituição de 1933, Parte I, Título XII

19.º (...) O Estado promove, protege e auxilia agremiações destinadas a adestrar e disciplinar a mocidade em exercícios que a preparem para serviços patrióticos, militares e navais que venham a ser reclamados pela defesa da Nação.

Decreto nº 21608, União Nacional, 1932, Capítulo II

Pois bem, se o Centro de Estudos Políticos que existe aqui fizer irradiar de si a luz que ilumine, o calor que aqueça sobretudo as almas jovens, naturalmente generosas e sedentas, nós podemos estar certos de que não serão abalados os alicerces nem com eles o futuro desta Nação.

Discurso de António Salazar, na posse da Comissão Executiva da União Nacional, 1965

(...) a Nação é para nós sobretudo uma entidade moral, que se formou através de séculos pelo trabalho e solidariedade de sucessivas gerações, ligadas por afinidades de sangue e de espírito (...). Só esse peso dos sacrifícios sem conta, da cooperação de esforços, da identidade de origem, só esse património coletivo, só essa comunhão espiritual podem moralmente alicerçar o dever de servi-la e dar a vida por ela.

Discurso de António Salazar sobre o comunismo, 1949

Garbosos e aprumados,
São verdadeiros soldados da ordem e do respeito.

Ele é um soldado unido,
Quer na paz ou quer no perigo,
O seu lema é avançar.

Respeita o seu comandante,
Gritando sempre: Avante!
Por Salazar! Salazar!

Hino da Legião Portuguesa, escrito por José Gonçalves Lobo, 1937

Um cidadão de Roma
não era nem Caio,
nem Lúcio; era um romano;
amava mesmo uma pátria
exclusivamente sua.

Emílio, ou Da educação,
Jean-Jacques Rousseau, 1762

Art. 22.º Os funcionários públicos estão ao serviço da coletividade e não de qualquer partido ou organização de interesses particulares, incumbindo-lhes acatar e fazer respeitar a autoridade do Estado.

Constituição de 1933, Parte I, Título VII

Na ordem, pelo trabalho, em prol de Portugal.

Declaração de António Salazar no cortejo em Guimarães, a propósito do Dia do Trabalho, 1935

Infeliz povo se, confundindo promessas vãs com realidades, vier a convencer-se um dia de que o trabalho é sinal de servidão e a desordem atmosfera saudável de vida.

António Salazar, Discursos, 1969

Art. 9.º É ato punível a suspensão ou perturbação das atividades económicas: (...) 2.º Pelos técnicos, empregados ou operários, com o fim de conseguir novas condições de trabalho ou quaisquer outros benefícios ou ainda de resistir a medidas de ordem superior conformes com as disposições legais.

Decreto-Lei n.º 23 048, Estatuto Trabalho Nacional, 1933

11.º A disciplina dos funcionários, empregados e operários do Estado e dos corpos administrativos e dos que exercem serviços de interesse público explorados por quaisquer empresas é subordinada à obrigação absoluta de não atacarem de nenhum modo a autoridade do Estado e das autarquias locais e de não prejudicarem a vida social.

Decreto nº 21608, União Nacional, 1932, Capítulo II

(...) a greve é entre nós um crime (...) [não aceito] a ideia de incompatibilidade de interesse entre o patronato e o operariado mas a da sua solidariedade permanente.

Declaração de António Salazar, 1958

Artigo 57º:
1. É reconhecida aos trabalhadores a liberdade sindical, condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses.

Constituição de 1976, Parte I, Título III, Capítulo I

Artigo 59º:
1. É garantido o direito à greve.

2. Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito.

Constituição de 1976, Parte I, Título III, Capítulo I

13. O Partido Socialista é uma organização dirigida para a ação, essencialmente preocupada com a formação política das massas trabalhadoras e com a sua intervenção na vida política do país.

Declaração de Princípios do Partido Socialista, 1974

5) Todos os trabalhadores e entidades patronais têm o direito de se associar livremente em organizações nacionais ou internacionais para a proteção dos seus interesses económicos e sociais;

Carta Social Europeia, adotada a 1961 e com entrada em vigor a nível internacional em 1965

Artigo 23º:
(...) 4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948

2 - A União Geral de Trabalhadores proclama como valores essenciais do sindicalismo democrático:
2.1 - A liberdade de constituição de organizações sindicais e a sua autonomia e independência em relação ao Estado, ao patronato, às confissões religiosas e aos partidos políticos ou quaisquer outras associações de natureza política.

Declaração de Princípios da União Geral de Trabalhadores

Nascemos fracos, precisamos de força;
nascemos desprovidos de tudo,
temos necessidade de assistência;
nascemos estúpidos, precisamos de juízo.
Tudo o que não temos ao nascer,
e de que precisamos adultos,
é-nos dado pela educação.

Emílio, ou A educação, Jean-Jacques Rousseau, 1762

Disciplinar consciências,
formando carácter,
é uma das mais formosas
obras da escola primária.

Decreto nº16.077, 1928

Reconhece-se indispensável que todos os portugueses
possuam o mínimo de formação que lhes dê capacidade
para as lutas da vida, em que não hão-de ser parasitas
nem escravos, mas úteis a eles mesmos e à coletividade:
o que pressupõe e torna legítimo impor a todos
a aquisição de um grau elementar de cultura,
como é preceito constitucional.

Proposta de lei sobre a Reforma do Ensino Primário pelo Ministro da Educação Nacional,
António Faria Carneiro de Pacheco, 1937

Educar não é simplesmente instruir;
é cultivar todo um ser, desenvolver-lhe
todas as faculdades integralmente,
harmonicamente... Educar é dar a Deus
bons cristãos, à sociedade cristãos úteis,
à família filhos ternos e pais exemplares.

António Oliveira Salazar, Inéditos e Dispersos, Escritos Político - Sociais
e Doutrinários (1908-1928)

(...) a formação política não pode ser abandonada
a acasos de leituras ou de influências familiares
mas a uma doutrinação sistemática e persistente.

Discurso de António Salazar, na posse da Comissão Executiva
da União Nacional, 1965

É no governo republicano que se precisa
de todo o poder da educação. (...)
[É em inspirar o amor à república]
que a educação deve estar atenta.
Mas existe um meio seguro
para que as crianças possam tê-lo:
que também os pais o tenham.

Espírito das Leis, Montesquieu, Livro Quarto, Capítulo V, 1748

Artigo 43º:
(...) 2. O Estado não pode atribuir-se o direito
de programar a educação e a cultura segundo
quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas,
políticas, ideológicas ou religiosas.

Constituição de 1976, Parte I, Título II

Artigo 67º:
O Estado reconhece a constituição
da família e assegura a sua proteção,
incumbindo-lhe, designadamente:
(...) c) Cooperar com os pais
na educação dos filhos;

Constituição de 1976, Parte I, Título III

Artigo 70º:
(...) 2. O Estado promoverá a democratização
da educação e as condições para que a educação,
realizada através da escola e de outros meios formativos,
contribua para o desenvolvimento da personalidade
e para o progresso da sociedade democrática e socialista.

Constituição de 1976, Parte I, Título III, Capítulo I

A educação das mulheres e das crianças
deve ser da alçada do Estado,
já que importa à felicidade do Estado
que as mulheres e as crianças sejam virtuosas.
Isto é mesmo do maior interesse,
já que as mulheres constituem a metade
das pessoas livres, e as crianças
serão os que participarão do governo
dos negócios públicos.

A Política, Aristóteles, 1998 (1ª edição Lisboa)

[A escola deve] sobretudo formar homens portugueses,
cultivar o amor de Portugal, o orgulho das glórias
do passado, a confiança do sacrifícios e no esforço
do presente e a fé nos altos destinos da Pátria.

Escola Portuguesa, Ano IV, nº165, 1937

Art. 43.º:
(...) 3.º O ensino ministrado pelo Estado visa,
além do revigoreamento físico e do aperfeiçoamento
das faculdades intelectuais, à formação do carácter,
do valor profissional e de todas as virtudes morais
e cívicas orientadas aquelas pelos princípios
da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País.

Lei 1:910, Revisão da Constituição de 1933, 1935

Ensinaí aos vossos filhos o trabalho,
ensinaí às vossas filhas a modéstia,
ensinaí a todos a virtude da economia.
E se não poderdes fazer deles santos,
fazei ao menos deles cristãos.

Salazar: estudo biográfico, Franco Nogueira, 1977

Portanto, o poder que os pais exercem sobre seus filhos
procede daquele dever, que lhes é imposto, de cuidar da
sua descendência durante a condição imperfeita da
infância. Devem formar a sua mente e governar as ações
da sua ainda ignorante imaturidade, até que a razão
assuma o seu lugar e liberte-os dessa preocupação. É isso
que as crianças desejam e é essa a obrigação dos pais.

Dois Tratados do Governo Civil, John Locke, Segundo Tratado sobre o Governo Civil, Capítulo VI, 1681

Artigo 77º:
1. Os professores e alunos têm o direito
de participar na gestão democrática
das escolas, nos termos da lei.

Constituição de 1976, Parte I, Título II, Capítulo III, Revisão de 1982

Art. 11.º O Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social, e como fundamento de toda a ordem política pela sua agregação e representação na freguesia e no município.

Constituição de 1933, Parte I, Título III

Art. 13.º Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais:
(...) 2.º Proteger a maternidade;

Constituição de 1933, Parte I, Título III

7.º A família é fundada na filiação legítima, no pátrio poder, na educação dos menores pelos pais e tutores e pelos seus delegados e deve ser defendida pelo Estado como elemento primário da ordem, disciplina e desenvolvimento da Nação.

Decreto nº 21608, União Nacional, a 20 de Agosto de 1932, Capítulo II

Queremos (...) que a família e a escola imprimam nas almas em formação, de modo que não mais se apaguem, aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização e profundo amor à sua Pátria, como o dos que fizeram e pelos séculos fora a engrandeceram.

António Salazar, Discursos (1928-1934), Coimbra, 1935

A família é a mais pura fonte dos fatores morais da produção.

Como se levanta um Estado, António Salazar, 1937

Nunca houve uma boa dona de casa que não tivesse muito que fazer.

Como se levanta um Estado, António Salazar, 1937

Artigo 16º:
(...) 3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948

Artigo 36º:
(...) 4. Os filhos nascidos fora do casamento não podem (...) ser objeto de qualquer discriminação e a lei ou as repartições oficiais não podem usar designações discriminatórias relativas à filiação.

Constituição de 1976, Parte I, Título II

Artigo 68º:
(...) 2. A maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes.

Constituição de 1976, Parte I, Título II, Capítulo III, Revisão de 1982

Artigo 67º:
1. A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros.

Constituição de 1976, Parte I, Título II, Capítulo III, Revisão de 1982

Artigo 33º:
A todos é reconhecido o direito à identidade pessoal, ao bom nome e reputação e à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

Constituição de 1976, Parte I, Título II

(...) politicamente só existe
o que o público sabe que existe (...)

*Declaração de António Salazar na cerimónia de inauguração
do Secretariado da Propaganda Nacional, 1933*

Todos os portugueses têm direito a uma vida livre
e digna – mas deve ser atendido, antes de mais nada,
em conjunto, o direito de Portugal à mesma vida digna
e livre. O bem geral suplanta – e contém – o bem individual.
Salazar disse: Temos obrigação de sacrificar tudo
por todos, não devemos sacrificar-nos todos por alguns.

Decálogo do Estado Novo, João Ameal, VIII, 1934

**5.º Os direitos e liberdades individuais
dos cidadãos constituem garantias fundamentais,
que derivam da natureza e fim do homem,
mas na sua aceção e exercício não podem
ir contra os de outrem, ou contra os da sociedade,
ou contra a moral, e podem ser legalmente
suspensos se o exigir a salvação comum.**

Decreto nº 21608, União Nacional, Capítulo II, 1932

Art. 20.º A opinião pública é elemento
fundamental da política e administração do País,
incumbindo ao Estado defendê-la de todos
os fatores de a desorientem contra a vontade,
a justiça, a boa administração e o bem comum.

Constituição de 1933, Parte I, Título VI

Art.43.º:
(...) 2.º As artes e as ciências serão
fomentadas e protegidas
no seu desenvolvimento, ensino
e propaganda, desde que sejam
respeitadas a Constituição,
a hierarquia e a ação coordenadora
do Estado.

Constituição de 1933, Parte I, Título IX

Pouco mesmo se conseguiria se o País
não estivesse disposto a todos os sacrifícios
necessários e a acompanhar-me com confiança
na minha inteligência e na minha honestidade
– confiança absoluta mas serena,
calma, sem entusiasmos exagerados
ou desânimos depressivos.

Discurso de António Salazar, na ato da posse de Ministro das Finanças, 1928

Continuo a declarar que não se pode
simultaneamente lisonjear a multidão
e governá-la.

Férias com Salazar, Christine Garnier, 1952

Não creio na igualdade, mas na hierarquia.
Os homens, na minha opinião, devem ser iguais
perante a lei, mas considero perigoso atribuir
a todos os mesmos direitos políticos.

António Salazar entrevistado pelo Figaro, 1958

*O maior dos poderes humanos é aquele
que é composto pelos poderes de vários homens,
unidos por consentimento numa só pessoa,
natural ou civil, que tem o uso de todos
os seus poderes na dependência de sua vontade (...).*

Leviatã, Thomas Hobbes, Capítulo X, 1651

**Artigo 3º:
1. A soberania, una e indivisível,
reside no povo, que a exerce segundo
as formas previstas na Constituição.**

Constituição de 1976

*Que é, pois, na realidade, um ato de soberania?
Não é um convénio ente o superior e o inferior,
mas uma convenção do corpo com cada um
dos seus membros: convenção legítima,
porque tem por base o contrato social;
equitativa, porque é comum a todos; útil,
porque não leva em conta outro intento
que não o bem geral, porque possui como
fiadores a força do público e o poder supremo.*

O Contrato Social, Jean-Jacques Rousseau, Livro II, IV, 1762

O Governo respeitará, em todas as circunstâncias,
a vontade popular expressa em eleições livres
e nunca pretenderá impor pela força ou pela política
do facto consumado soluções socialistas.
A opção socialista é — e terá de ser — uma opção
consciente e livre do povo português;

*Programa do I Governo Institucional
– Enquadramento Político-Constitucional, 1976*

**Não se deve opor a força
senão à força injusta e ilegal (...).**

*Dois Tratados do Governo Civil, John Locke,
Segundo Tratado sobre o Governo Civil, Capítulo XI, 1681*

Artigo 48º:
(...) 3. Todos os cidadãos têm o direito
de ser esclarecidos objetivamente sobre
atos do Estado e demais entidades públicas
e de ser informados pelo Governo
e outras autoridades acerca da gestão
dos assuntos públicos.

Constituição de 1976, Parte I, Título II

Artigo 49º:
1. Todos os cidadãos podem apresentar,
individual ou coletivamente, aos órgãos
de soberania ou quaisquer autoridades petições,
representações, reclamações ou queixas
para a defesa dos seus direitos, da Constituição
e das leis ou do interesse geral.

Constituição de 1976, Parte I, Título II

Artigo 117º:
(...) 2. É reconhecido às minorias
o direito de oposição democrática,
nos termos da Constituição.

Constituição de 1976, Parte III, Título I

5. Instituto de sondagens da opinião
pública. Reveste-se de enorme interesse
e importância. Constituirá uma sonda
permanente no seio da opinião pública.
(...) Representará um complemento
do instituto da representação no domínio
do respeito da vontade popular.

Programa do I Governo Institucional – Objetivos e Políticas do Governo, 1976

(...) a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral (...) a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, não era inferior à do homem. [Deve deixar-se] o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, no interior da casa.

António Salazar, sobre o novo papel destinado à mulher no novo regime, 1932

Art. 5.º A educação social cultivará nas filiadas a previdência, o trabalho coletivo, o gosto da vida doméstica e o de servir o bem comum, ainda que com sacrifício, e as várias formas do espírito social próprias do sexo, orientando para o cabal desempenho da missão da mulher na família, no meio a que pertence e na vida do Estado.

Decreto-Lei nº 28 262, Mocidade Portuguesa Feminina, 1937

Entretanto as suas [das mães] condições são mais seguras que as dos pais, os seus deveres mais penosos, os seus cuidados têm mais importância para a boa ordem da família.

Emília, ou A educação, Jean-Jacques Rousseau, 1762

Art. 2.º Os fins da O. M. E. N. são os seguintes:
1.º Orientar as mães portuguesas, por uma ativa difusão das noções fundamentais de higiene e puericultura, para bem criarem os filhos, em colaboração com a organização nacional denominada Defesa da Família (...);

(...) 4.º Defender os bons costumes, designadamente no que respeita ao vestuário, à leitura e aos divertimentos;

Decreto nº 26 893, Obra das Mães pela Educação Nacional, 1936

Mais vale, como Górgias, estabelecer a lista das virtudes do que se deter em semelhantes definições e imitar, no mais, a precisão do poeta que disse que um modesto silêncio é a honra da mulher ao passo que não fica bem no homem.

A Política, Aristóteles (1ª edição Lisboa 1998)

Art. 1.º A secção feminina da organização nacional Mocidade Portuguesa (M.P.F.), a cargo a Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.), em por fim estimular as jovens portuguesas a formação do caráter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família.

Decreto-Lei nº 28 262, Mocidade Portuguesa Feminina, 1937

Artigo 9º:
(...) n) Proteger e desenvolver os direitos da maternidade/paternidade e lutar contra todas as formas de discriminação da mulher, nomeadamente no acesso ao emprego, carreira profissional e formação, promovendo a sua plena integração, em igualdade no mercado de trabalho;

Estatutos da União Geral de Trabalhadores, 2013

[O DNMS tem por] objetivo promover uma efetiva igualdade de direitos entre mulheres e homens, a participação paritária em todos os domínios da vida política, económica, cultural e social e a sua intervenção na atividade do Partido, numa integração transversal pelos direitos humanos, liberdades e garantias de mulheres e homens.

Regulamento Geral do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, 2014

**Artigo 68º:
O Estado reconhece a maternidade como valor social eminente, protegendo a mãe nas exigências específicas da sua insubstituível ação quanto à educação dos filhos e garantindo a sua realização profissional e a sua participação na vida cívica do país.**

Constituição de 1976, Parte I, Título III, Capítulo I

7- Condição Feminina: [O Governo propõe-se a promover] a colaboração de todos os Ministérios e departamentos do Estado no desenvolvimento de uma ação conjunta ou coordenada que promova a melhoria da situação e condição da mulher na sociedade portuguesa, de forma a concretizar rapidamente a abolição de todas as discriminações em função do sexo que ainda subsistem nas leis e na vida social;

Programa do I Governo Institucional – Objetivos e Políticas do Governo, 1976